

Desenvolvimento & Crescimento Econômico - I

Nilson Pimentel (*)

28/04/2017

No Brasil e no Amazonas se vive a cada semana povoada de eventos alguns significantes e outros nem tanto, mas como ainda não perdemos o otimismo realista e se discute o enfrentamento da crise com entendimento de outra postura, procurando valorizar os indicativos e conhecimentos da Ciência da Economia e que envolva sempre os aspectos positivos que caracterizam o imenso potencial econômico que o Amazonas possui.

Assim, se tem travado discussões sobre Terceirização e as Reformas Trabalhistas e da Previdência, sem, contudo, tomar partido de certas posições que sempre caracterizaram os brasileiros frente às questões que a todos envolvem nossas vidas e até passionavelmente.

Foi por essas razões que trouxe a discussão no Clube de Economia da Amazônia (CEA) algumas observações por ter residido algum tempo nos Estados Unidos da América e por ter lido recentemente um artigo do Ricardo Amorim, Economista e autor do best seller “Depois da Tempestade”, debatedor do Manhattan Connection da Globonews, que dispõe o seguinte:

“Imagine um país em que não haja limitações à terceirização do trabalho nem de atividades meio, nem de atividades fim. Imagine que, nele, homens e mulheres só possam se aposentar após os 67 anos de idade e que, depois de aposentados, recebam em média menos da metade do que ganhavam enquanto trabalhavam.

Meia entrada para idosos não existe lá. Imagine que neste país não existam 30 dias de férias remuneradas. Imagine que os empregados têm de negociar com os patrões quanto tempo terão de férias e se elas são remuneradas ou não.

Adicional de férias não existe por lá. Imagine que 13º salário também não existe.

Imagine que mulheres grávidas só tenham direito a 12 semanas de licença maternidade e que durante o período de ausência elas não são remuneradas. Imagine que os patrões possam negociar com os empregados se eles vão trabalhar em finais de semanas ou feriados nacionais.

Adicional noturno, por horas extras, trabalho em finais de semana ou feriados não existem. Imagine que não existem faculdades gratuitas, nem meia entrada para estudantes em cinemas, shows, teatro ou outros espetáculos.

Imagine um país onde ninguém tem estabilidade no emprego, nem os funcionários públicos. Imagine um país onde não existe FGTS, muito menos adicional de 40% em caso de demissão sem justa causa. Imagine que nele os trabalhadores não tenham um limite no número de horas que podem trabalhar.

Seus patrões e eles podem combinar o que quiserem. Imagine que o salário mínimo por lá fique 11 anos sem nenhum reajuste. Imagine que não exista carteira de trabalho, nem Justiça Trabalhista.

Quem iria querer trabalhar e morar em um país assim? Quase todo o mundo! Este país existe.

Ele se chama Estados Unidos e seu presidente está se esforçando para impedir a entrada de milhões e milhões de trabalhadores de outros países que a cada ano querem ir trabalhar lá.

Com regras assim, como tanta gente arrisca a vida e tantos outros se mudariam para lá neste exato segundo se pudessem? Talvez, porque por estas e outras razões, os preços e a inflação são muito menores do que aqui, a taxa

de desemprego é um terço da nossa e as pessoas ganham, em média 7 vezes mais do que aqui? Talvez...”

Isto é o que representa as relações trabalhistas, previdenciárias e outros aspectos da terceirização que se pratica nos *United State of America* que ainda representa a maior economia capitalista mundial e a maior democracia do planeta.

Mesmo assim, milhares de brasileiros fariam muitas coisas para ir para lá, assim como, outros milhares do mundo todo fariam o mesmo.

E, então? Quais as diferenças entre esses países? E, entre essas duas sociedades muito parecidas, só que diferentes.

São alguns pontos levados à reflexão de todos e que discursões esporádicas superficiais não levam a nada, pois mudar condutas e atitudes parece ser o maior desafio possível, no momento de crise.

Para alguns economistas do CEA as questões sobre o Desenvolvimento Econômico Regional no Amazonas, apesar de recorrente, cada governo que assume o estado tem sua própria proposição, as quais pelo menos nesses últimos cinquenta anos em quase nada resultou.

As práticas extrativistas primárias ou modo de produção agrícola praticado no Amazonas, como em quase toda Amazônia, foram herdadas de nossos antepassados e que atualmente são praticados com algumas adaptações e ou orientações técnicas de Instituições afins.

Em alguns segmentos das potencialidades regionais se tem verdadeiro “tabu”, como os minerais, recurso natural em abundância em diversos tipos no Amazonas, tais como: silvinita, caulim, nióbio, etc, ainda nada é ordenado ou orientado economicamente.

O pescado, esse manancial de importante valor econômico, pois é proteína animal da melhor qualidade, o desperdício grassa em toda cadeia extrativa, ainda sem nenhum aproveitamento de transformação industrial de forma econômica, mesmo se conhecendo as diversas tecnologias de aproveitamento produtivo na industrialização.

Os tubérculos, carás branco e roxo, mandioca e macaxeira branca e amarela, batata doce branca, possuem inúmeros aproveitamentos em transformação industrial com tecnologias conhecidas e dominadas, mas nada se faz.

Sem tratar a respeito do imenso potencial da fruticultura regional.

Quanto ao TURISMO, merece uma abordagem a parte, especialmente direcionada para esse forte fator de desenvolvimento econômico endógeno.

Assim, para os especialistas do CEA, sem instrumento primordial de gestão econômica voltada a processos de desenvolvimento econômico de base endógena, que é o Planejamento Econômico Estratégico (PEE), as proposituras de grandes programas de intervenção local do governo estadual, na forma dos conceitos relativos a desenvolvimento trazido ‘de fora’, espacialmente tratando, tendem a ficarem inviáveis suas implementações econômicas.

O que para cada proposição de indução do desenvolvimento econômico em espaços territoriais atrasados ou em estagnação, não poderá ter o cunho assistencialista, mas por alternativas concretas de retomada de atividades econômicas racionalizadas naquele PEE.

Contudo, a lógica adotada para os investimentos diretos produtivos em programas e projetos de natureza endógena, passa a vigorar a lógica privada da localização econômica, dos potenciais fluxos econômicos inter sub-regional, da cobertura espacial de ações estruturantes governamentais (abertura de ramais, asfaltamento de vicinais, sistema de transporte para escoamento da produção agrícola, sistema de portos adequados e compatíveis para carga e passageiros, tapa buracos das estradas estadual, diversidade de espaços para comercialização de produtos, compras governamentais de produtos regional, etc, etc, etc), por atividades de maiores retornos econômicos e por maior oferta dos fatores produtivos locais, inclusive de melhoria na capacitação do fator trabalho.

Portanto, o PEE é importantíssimo para que os grandes programas e projetos, tanto públicos, quanto privados, mesmo que elaborados e desenvolvidos do ponto de vista central, da capital-estado Manaus, poderão por sua vez descaracterizar todo um espaço municipal dentro da sub-região, mas entendendo-se que a visão endógena e endogeneizante do Desenvolvimento Regional Local poderá cumprir um papel importante no futuro econômico, social e ambiental de sua população, não apenas atuando como preservador de recursos naturais, como também projetando novos modelos de exploração dos potenciais econômicos regionais e de interação e fixação do homem e ambiente em que vive.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.